

NOV
de 2018

*A eleição
passou e não
interessa em
quem você
votou.*

*Vamos
nos unir e
retomar as
nossas lutas
em defesa
dos nossos
direitos e
dos serviços
públicos.*

Sai governo, entra governo, só querem nos prejudicar

FHC, do PSDB, retirou 56 dos nossos direitos

Lula e Dilma não nos devolveram nenhum desses direitos e dificultaram a nossa aposentadoria

- . Acabaram com a integralidade e a paridade
- . Criaram a contribuição previdenciária dos inativos
- . Restringiram a aposentadoria ao teto do INSS para quem ingressou no serviço público a partir de 2013
- . Reduziram a aposentadoria das pensões por morte

Temer, do MDB, simplesmente nos atropelou

- . Congelou por 20 anos o orçamento para os serviços públicos
- . Aprovou a terceirização, que precarizará os serviços e as relações de trabalho no serviço público
- . Enfraqueceu a Justiça do Trabalho, com a reforma trabalhista, e quer bagunçar também a Justiça Federal com a fusão das duas
- . Insiste em aprovar uma reforma da Previdência que praticamente acaba com a nossa aposentadoria
- . Quer aprovar a avaliação de desempenho, que significará o fim da estabilidade no serviço público

Bolsonaro, do PSL, quer ir mais longe

- . Quer uma reforma previdenciária ainda mais dura, para valer por 30 anos
- . Promete ampliar a reforma trabalhista
- . Alardeia o fim do Ministério do Trabalho
- . Garante que reduzirá o quadro do funcionalismo

PARTICIPE!

26/11, segunda-feira, 10h | TRT da Rua Mato Grosso, 468, Barro Preto - BH
Ato em defesa do Ministério do Trabalho e Justiça do Trabalho, pela revogação da Emenda 95, Reforma Trabalhista e Lei das Terceirizações, e contra a Reforma da Previdência e o fim da estabilidade no serviço público.

Cartas na mesa

Mentiras do governo para as medidas prejudiciais aos trabalhadores e à população

Emenda Constitucional 95



A Emenda visa corrigir o desequilíbrio das contas públicas para retirar a economia brasileira da situação crítica.



A medida visa transferir os recursos da educação, saúde, moradia, justiça etc., impedindo o acesso da população a esses serviços, para o pagamento dos juros da dívida pública, que não acaba nunca e só faz enriquecer os banqueiros.

Terceirização



Buscar a eficiência, agilidade e qualidade (no serviço público e nas empresas), com aumento da oferta de empregos.



Reduz a massa salarial e direitos, precariza o trabalho, subdivide os profissionais na empresa, enfraquece a unidade, organização e mobilização das classes, fragiliza o movimento sindical, e, no serviço público, abandona o critério justo e transparente do ingresso por concurso público, abrindo espaço para a contratação de empresas de apaniguados políticos e para a velha prática do nepotismo.

Reforma trabalhista



Modernizar a área trabalhista, gerar mais empregos e impulsionar a economia.



Descaracterizou a CLT, retirando direitos quase centenários da classe trabalhadora, conduzindo-a de volta quase aos tempos da escravidão, para aumentar ainda mais os lucros dos empresários, e esvaziar a atuação da Justiça do Trabalho, reduzindo as demandas trabalhistas quase à metade, para dificultar o acesso da classe a essa justiça, colocando ainda em risco o próprio emprego dos servidores da instituição.

Avaliação de desempenho no serviço público



Melhorar a qualidade do serviço público.



Criar oportunidades para a perseguição e o assédio moral contra os servidores, a princípio, abrir espaço para a terceirização de todas as atividades do serviço público, em um segundo momento, e, por último, obrigar a população a buscar esses serviços, cada vez mais, na iniciativa privada.

Reforma da Previdência



Os argumentos são de que a Previdência é deficitária, o pagamento de benefícios cresce de forma desmedida com a ampliação da longevidade da população e é preciso acabar com privilégios no sistema e aumentar o rol de contribuintes.



Já está mais do que comprovado que o sistema é superavitário e autossustentável, com as fontes de arrecadação instituídas por lei; que se não tem mais reservas é porque o governo desvia 30% do que é arrecadado para gastos discricionários, através da DRU (Desvinculação de Receitas da União), e deixa de cobrar dos maiores devedores, por proteção política; e que, se há privilégios, são pontuais, fáceis de detectar e não comprometem tanto o sistema. A maior verdade o governo não conta: que o objetivo maior é aumentar a arrecadação para o pagamento dos juros da dívida e, com o tempo, obrigar os trabalhadores a se transferirem para a previdência privada, para aumentar a arrecadação e os lucros dos banqueiros.

Mobilização em Brasília

Entidades da Frente Mineira Popular em Defesa da Previdência Social enviarão representantes para o trabalho de corpo a corpo que será realizado junto aos parlamentares da Câmara e do Senado, em Brasília (DF), nos dias 20, 21 e 22 de novembro, em defesa dos direitos dos servidores públicos e demais trabalhadores. O SITRAEMG, que integra a Frente, também estará representado por membros de sua diretoria.

Lembre-se bem

**A eleição passou e não interessa em quem você votou.
Vamos nos unir e retomar as nossas lutas.**